

A “nova leitura de Marx” e a teoria da emancipação – um panorama das contribuições recentes na Alemanha*

JAN HOFF**

1a) Observação preliminar sobre a crítica à economia política

Por meio de sua perspectiva sobre o modo de produção capitalista, a crítica marxista à economia política acopla um conhecimento específico da sociedade, crítica social fundamental e crítica do conhecimento. Ela aponta, além disto, para determinados elementos do capitalismo existente que podem desempenhar um papel na edificação de uma sociedade futura. Em que consiste o conteúdo central da crítica marxista à economia política, quando ela é apreendida como crítica fundamental da sociedade? Com a ajuda de Marx, pode-se demonstrar que a própria existência das categorias econômicas da circulação simples, a existência do valor (ainda não determinado como valor-capital) e de suas formas mais simples pressupõem uma forma específica de socialização do trabalho, segundo a qual a socialidade dos trabalhos já não é pressuposta como imediata, mas é produzida como mediada somente por meio do processo de troca dos produtos como mercadorias. Mesmo no nível da circulação simples, entra em cena uma inversão referente aos sujeitos que não incomoda os defensores de um “socialismo de mercado”,¹ mas Marx sim: “Seu próprio movimento social possui, para eles, a forma de um movimento de coisas, sob cujo controle eles se encontram, em vez de controlá-lo” (*Das Kapital*, Band 1, MEW 23, p.89). A dependência material aumenta no nível da relação do capital, na qual mercadoria e dinheiro são metamorfoseados em capital, na

* Traduzido por Eduardo Altheman. E-mail: eduardo.altheman@gmail.com

** Pesquisador e ex-professor da Universidade de Munique/Alemanha. E-mail: JMHoff@web.de

1 Chattopadhyay (2016, S. 125 et seq.) discute, de modo crítico, o conceito de “socialismo de mercado”.

qual os meios sociais de vida e de produção possuem a forma de capital e, logo, opõem-se de modo antagônico aos produtores assalariados. A relação do capital, de acordo com Marx, é “a relação social determinada em que o trabalho passado contrapõe-se ao trabalho vivo de modo autônomo e sobrepujante” (*Das Kapital*, Band 3, MEW 25, p.412). A produção capitalista é orientada para o objetivo da maior acumulação possível de capital como um fim em si mesmo, ao passo que “o produtor efetivo” é “mero meio de produção”, como definido nos *Resultados do processo imediato de produção*. Embora Marx não apresente, em *O capital*, o nível do “movimento efetivo da concorrência” com base no patamar de abstração do capital, ele revela, em uma espécie de antecipação, como se dá um patamar ainda mais elevado da dependência material: a saber, que “os nexos entre o mercado global, suas conjunturas, o movimento dos preços de mercado, os períodos de crédito, os ciclos da indústria e do comércio, a alternância de prosperidade e crise aparecem” aos agentes da produção “como leis da natureza sobrepujantes que os dominam a despeito de sua vontade e que se contrapõem a eles como necessidade cega” (*Das Kapital*, Band 3, MEW 25, p.839). A perspectiva de Marx, que trata das relações específicas da sociedade capitalista e do nexo interno das distintas categorias econômicas como formas do valor, está intimamente associada com a crítica do conhecimento de Marx que visa aos fetichismos, inversões e mistificações inerentes a estas relações e formas-valor. Emancipação significa o estabelecimento de tais relações de produção com as quais e nas quais – com base na propriedade comum dos meios de produção e no trabalho imediatamente socializado – os próprios produtores imediatos “trazem o metabolismo com a natureza [...] sob seu controle comum, em vez de serem dominados por ele como um poder cego” (*Das Kapital*, Band 3, MEW 25, p.828). Tal reconfiguração fundamental das relações de produção e do modo de socialização do trabalho é incompatível com a continuidade das categorias econômicas da economia capitalista, isto é, do valor e de suas diversas formas, porque, em uma sociedade socialista, o “trabalho relacionado aos produtos” não aparece mais como “valor destes produtos, como uma característica material possuída por eles”, “uma vez que, agora, ao contrário da sociedade capitalista, os trabalhos individuais não existem mais como desvio do trabalho geral, mas, de modo imediato, como seu componente” (*Kritik des Gothaer Programms*, MEW 19, p.19 et seq.).

A crítica da economia política contém, além disso, referências a elementos isolados presentes no interior da própria sociedade capitalista sobre os quais se poderia amparar a edificação de uma sociedade socialista, na qual “o desenvolvimento pleno e livre de cada indivíduo” (*Das Kapital*, Band 1, MEW 23, p.618) é alçado a princípio geral. Em meu livro *Befreiung heute [Libertação hoje]*, assinei as referências de Marx ao caráter já *social* da produção capitalista desenvolvida (cf. *Das Kapital*, Band 1, MEW 23, p.791, *Das Kapital*, Band 3, MEW 25, p.452) e ao desenvolvimento das forças produtivas que poupam trabalho. No entanto, em minha visão, não se pode derivar, a partir dos conhecimentos da crítica da economia

política, que a classe trabalhadora necessariamente deve agir como sujeito revolucionário. Neste ponto, podemos concordar com a Nova Leitura de Marx: não é a posição econômica da classe trabalhadora na estrutura de classes da sociedade capitalista que decidirá se ela irá constituir-se como sujeito revolucionário, mas o sucesso ou a ausência de desafiadores processos políticos de aprendizado que, por sua vez, não resultam imediata ou necessariamente daquela posição econômica.

1b) Sobre as posições básicas da Nova Leitura de Marx quanto à emancipação e à teoria das classes

Em termos da história das ideias, a Nova Leitura de Marx deve ser considerada como uma alternativa ao “marxismo tradicional”² baseada nos textos de Marx sobre crítica da economia. Ela surgiu a partir dos anos 1960 e 1970 na Alemanha Ocidental, embora outras correntes muito próximas em termos de conteúdo e temática tenham se desenvolvido em outros países. A perspectiva específica sobre a crítica da economia política de Marx relativa à teoria da forma, do fetiche e da mistificação formou-se com base nos trabalhos de Hans-Georg Backhaus (1997) e foi desenvolvida na geração posterior de pesquisa por meio dos trabalhos de intérpretes de Marx por ele influenciados, como Helmut Brentel (1989) ou Michael Heinrich (1999).

No interior de um setor da Nova Leitura de Marx, também foram desenvolvidas, desde os anos 1970, posições teóricas referentes às classes e aos sujeitos. Deve ser, entretanto, realçado que a abordagem destas questões diz respeito a uma corrente minoritária no interior da Nova Leitura de Marx, uma vez que esta trata, em sua corrente principal, menos da teoria marxiana da revolução e da emancipação do que da teoria de Marx sobre o capitalismo. As posições teóricas sobre classes e sujeitos daquele setor da Nova Teoria de Marx que dirige o olhar para a compreensão marxiana da revolução e da emancipação podem ser resumidas, de modo conciso, a partir de seus aspectos fundamentais. Estas concepções básicas não apresentam, evidentemente, todas as asseverações teóricas sobre classe e sujeitos que, no confronto com Marx e o marxismo, foram e são realizadas no âmbito desta vertente teórica – especialmente porque a heterogeneidade da Nova Leitura de Marx não pode ser ignorada. Contudo, em minha visão, parece ser admissível indicar pontos essenciais no sentido de um “denominador comum”: a partir da crítica da economia política e/ou das ideias essenciais centrais apresentadas por Marx.

2 Ingo Elbe, um dos principais representantes da jovem geração no interior da Nova Leitura de Marx, define o “marxismo tradicional” do seguinte modo: a teoria de Marx é compreendida como uma visão de mundo proletária fechada e como doutrina ontológico-determinista da evolução da natureza e da sociedade. No cerne situam-se os teoremas referentes à concepção materialista da história. Outro componente da teoria é uma reinterpretação historicista do método de Marx de crítica da economia. Como representantes importantes do “marxismo tradicional”, Elbe nomeia Kautsky, Bernstein, Lafargue, Mehring, Bebel, Plekhanow, Lênin, Trotsky, Luxemburgo, Bucharin e os representantes do austromarxismo.

Primeiramente, não se pode derivar nenhuma posição privilegiada de conhecimento da classe trabalhadora. Ao contrário, as categorias econômicas e os fetichismos, mistificações e formas invertidas de aparecimento inerentes às relações da economia capitalista concernem à classe trabalhadora tanto quanto às outras classes sociais. Quanto à mistificação salarial, Marx escreve explicitamente que, sobre esta forma invertida de aparecimento, assentam-se “todas as concepções de direito do trabalhador e do capitalista” (*Das Kapital*, Band 1, MEW 23, p.562). Captar a essência das formas e relações econômicas, oculta por trás das formas invertidas de aparecimento, e apreender seu nexos inerente (em vez de aparente) pode até ser uma tarefa difícil e desafiadora que, entretanto, em minha visão, pode se tornar parte integral de um processo de aprendizado e autocompreensão que deve ser conduzido pelos próprios sujeitos da libertação. Não obstante, se tais processos de aprendizado ocorrerão ou não, não cabe ao nível de abstração da crítica da economia política decidir.

Em segundo lugar, não se pode derivar nenhuma posição de ação privilegiada ou exclusiva da classe trabalhadora como um “sujeito revolucionário” predisposto, e menos ainda uma “missão histórica da classe trabalhadora”. Se a classe trabalhadora tornar-se-á “classe para si”, ou se ela até mesmo constituir-se-á (ou não) como “sujeito revolucionário”, não são questões passíveis de discussão no nível teórico da crítica da economia marxiana, e menos ainda passíveis de serem esclarecidas por ela.

Em terceiro, nenhuma necessidade histórico-determinista da transição da sociedade capitalista à socialista, que deve ser compreendida na forma de uma lei, pode ser convincentemente justificada. No entanto, uma vez que o marxismo tradicional, com seus axiomas histórico-deterministas, pode apoiar-se em certas passagens textuais da obra de Marx, os representantes da Nova Leitura de Marx não se abstêm de criticar o próprio Marx nestes pontos. De certo modo, trata-se de um pensamento “com Marx contra Marx” ou com um Marx “esotérico” contra um Marx “exotérico”. A possibilidade de um processo revolucionário de transformação não é, de modo algum, contestada pela Nova Leitura de Marx (excetuando-se alguns casos excepcionais³), mas ele depende de pressupostos históricos concretos que não pertencem ao domínio de objetos da crítica da economia política. Tampouco é negado pela Nova Leitura de Marx que a produção capitalista já desenvolve determinados pressupostos históricos da sociedade socialista e do princípio do “desenvolvimento pleno e livre de cada indivíduo” que a rege.

Em quarto lugar, não se deve deduzir nenhuma teoria conclusiva da pauperização e nenhuma reinterpretação da teoria marxiana da acumulação e da crise (desenvolvida em *O capital*) em uma doutrina do “colapso” da economia capi-

3 Ingo Elbe (2008, p.580) critica os autores desta tendência: “na medida em que declaram a impossibilidade de uma transformação social fundamental por meio da refutação da teoria marxista da revolução, eles permanecem presos de modo negativo ao marxismo tradicional”.

talista. Isto não significa que a Nova Leitura de Marx coloque em dúvida o fato de que a situação de vida da classe trabalhadora seja marcada por “insegurança e instabilidade” (*Das Kapital*, Band 1, MEW 23, p.476) devido à dinâmica específica e por vezes sujeita a crises da produção capitalista. Contudo, a Nova Leitura de Marx não deposita nenhuma esperança em um processo de libertação colocado em marcha quase “automaticamente” por “catástrofes” econômicas.

Em quinto lugar, no âmbito da Nova Leitura de Marx, existem reservas quanto a possíveis interpretações ontológicas do trabalho que apreendem o trabalho proletário menos como momento intrínseco de uma relação de classes historicamente específica – a relação de capital – e, conseqüentemente, criticam-no, e abordam-no muito mais de modo afirmativo e exercem sua crítica ao capital “do ponto de vista do trabalho”. O processo de emancipação inclui, de acordo com a Nova Leitura de Marx, a autossupressão do proletariado e abolição do trabalho proletário.

Ao contrário do que afirma a crítica de Castoriadis (2007, p.39) à abordagem de Marx, a luta de classes não é de modo algum ignorada em *O capital*. Deste modo, a Nova Leitura de Marx não nega que, com a apresentação da relação de capital, a luta de classes também desempenha um papel no nível teórico de *O capital* – entretanto, o oitavo capítulo do primeiro volume não pretende “derivar uma luta de classes revolucionária que vá além do capitalismo [...]” (Ellmers, 2009, p.62). Formar uma subjetividade revolucionária enquanto grupo social exige um processo coletivo de aprendizado essencialmente mais exigente do que a criação de – para expressar nas palavras de Lênin – uma “consciência *tradeunionista*”. A Nova Leitura de Marx parte da noção de que a questão a respeito das condições constitutivas da subjetividade revolucionária não deve ser colocada no nível de abstração da crítica marxiana à economia política e de sua abordagem teórica das classes e analítica das formas; ela depende, antes, do nível muito mais concreto dos processos de aprendizado e desenvolvimento políticos. O que pode, ao contrário, ser discutido no nível teórico da crítica da economia política são os obstáculos estruturais (que devem ser levados a sério) que bloqueiam a formação da subjetividade revolucionária e que devem ser superados.

1c) As diversas críticas à Nova Leitura de Marx

Em termos da história da recepção, a Nova Leitura de Marx desenvolveu-se no lado ocidental da Alemanha, a partir dos anos 1960 e 1970, como um programa de pesquisa abrangente sobre a teoria da forma e do fetichismo, recorrendo à crítica marxiana da economia política, especialmente a suas compreensões de objeto e método. A Nova Leitura de Marx operava então como alternativa, não apenas ao marxismo-leninismo ortodoxo, como também àqueles modos de leitura do pós-guerra que, diante do pano de fundo de um foco unilateral no conteúdo filosófico dos escritos do jovem Marx, minimizavam o significado da crítica madura da economia política. Em países não falantes da língua alemã, a Nova Leitura de Marx foi recebida e praticada principalmente por pesquisadores de Marx no

sentido mais estrito. Isto vale, por exemplo, para cientistas da Itália ou da América do Norte.

Entretantes, o programa original de pesquisa da Nova Leitura de Marx⁴ foi retomado por gerações mais novas e ampliado de modo engajado. Embora esta corrente possua suas raízes de formação histórica na Alemanha Ocidental dos anos 1960, chama atenção que toda uma série de representantes atuais da Nova Leitura de Marx nasceu nos anos 1970 e 1980, ou seja, trata-se do aparecimento de uma geração mais nova de teóricos. Uma vez que a Nova Leitura de Marx teve o efeito de polarizar o debate na Alemanha e incitou uma série de críticas, analisaremos quatro críticos que representam, respectivamente, distintas posições críticas à Nova Leitura de Marx: o marxismo tradicional, o marxismo gramsciano da filosofia da práxis, o marxismo “positivista” e o marxismo afim ao operaísmo.

Aos opositores da Nova Leitura de Marx do “marxismo da tradição” pertence, por exemplo, o politólogo de Marburg Georg Fülberth. A Nova Leitura de Marx é repreendida por Fülberth por sua “abstinência de luta e de história”. Segundo ele, ela separaria “a estrutura lógica de ‘O capital’ e a análise da forma do valor, de um lado, da história e do movimento dos trabalhadores, de outro”. O ensino para esta redução temática “foi uma experiência da história contemporânea que pareceu falsificar o axioma de Marx e Engels sobre a função subjetiva do proletariado” (Fülberth, 2012, p.137). Fülberth aparentemente visa explicar a formação histórica da Nova Leitura de Marx de modo histórico-materialista, a saber, com referência a um estágio histórico determinado no desenvolvimento do capitalismo e da luta de classes.

Mas esta tentativa pode parecer simplificadora, uma vez que ele sonega a ampla autonomia dos desenvolvimentos teóricos em termos da história da recepção e sua independência em relação à história da Edição Marx-Engels. No entanto, se a constituição da Nova Leitura de Marx, desde os anos 1960, de fato foi condicionada por um contexto histórico concreto, então – em primeiro lugar – o foi pela experiência contemporânea negativa com o marxismo-leninismo dogmático, enquanto doutrina de legitimação de uma ditadura autoritária de Estado e partido. A Nova Leitura de Marx foi uma tentativa de constituir uma alternativa resistente a estas variantes menos atraentes do marxismo por meio de um recurso ambicioso aos textos de crítica da economia do próprio Marx.

O filósofo Wolfgang Fritz Haug, da Berlim Ocidental, emergiu como um marxista gramsciano orientado pela filosofia da práxis que critica conteúdos centrais da Nova Leitura de Marx. Sua crítica dirige-se especialmente ao modo de leitura de Marx no sentido de uma “teoria monetária do valor”, assim como à interpretação decididamente “lógica”, em vez de “lógico-histórica”, da apresen-

4 O trabalho padrão abrangente sobre a história da Nova Leitura de Marx pode ser encontrado em Elbe, 2008. Cf. também Engster, 2012.

tação marxiana na crítica sistemática da economia. Haug debate especialmente com Michael Heinrich e acusa-o de “desembarcar” da história do marxismo. Segundo seu veredito, Heinrich ensina o “desprezo pela tradição” (Haug, 2004, p.876). “Uma vez que Heinrich evita a crítica salvadora das tradições marxistas, coloca-se fora da história das lutas de classes e faz da dialética uma vítima da lógica; sua introdução [*Einführung*] torna-se abdução [*Entführung*] do marxismo”.

Outra variante de crítica contundente à Nova Leitura de Marx provém da compreensão “positivista” do marxismo, representada por Michael Krätke, que busca “podar” Marx e reduzir o “marxismo” à “ciência social” e que minimiza o significado dos elementos especificamente filosóficos e dialéticos do pensamento marxista. Uma diferença em relação a Haug consiste no fato de que este até chega a respostas distintas daquelas encontradas pela Nova Leitura de Marx, mas não toma por irrelevantes – como Krätke – as questões subjacentes, como a compreensão de um conceito apropriado de dialética, por exemplo. Michael Krätke se expressa criticamente sobre “os filósofos marxistas que continuam a crer no mito de um ‘método dialético’ marxiano” (Krätke, 2006, p.34). Ele faz o luto pela “era dourada” do marxismo no início do século XX e, na Nova Leitura de Marx, enxerga somente o produto de um processo de decadência intelectual.

Um dos críticos mais veementes da Nova Leitura de Marx nos países falantes de alemão é o filósofo austríaco Karl Reitter,⁵ que simpatiza com a perspectiva teórica “orientada para a luta” do operaísmo italiano. Uma vez que boa parte das críticas de Reitter dirige-se a Michael Heinrich, sua resposta também será levada em consideração aqui. Logo após o advento da introdução de Michael Heinrich à crítica de Marx à economia política (Heinrich, 2004), Reitter já apresentou uma crítica a este texto. Segundo Reitter, muitos argumentos presentes na leitura de Marx feita por Heinrich não seriam factualmente falsos, mas seriam apresentados de modo unilateral. Entre outras questões, Reitter faz menção aos conceitos marxianos de crise e de classe e à sua respectiva apresentação em Heinrich. Segundo Reitter, as crises devem ser conceitualizadas não somente como crises da relação de capital. Escreve Reitter: na medida em que Heinrich “concebe a relação de capital como um ‘sujeito automático’ relativamente intocado pela relação social entre as classes, ele sugere um conceito de crise muito estreito” (Reitter, 2004, p.29). Em relação ao conceito marxiano de classe, Reitter argumenta que a categoria de classe deveria ser conceitualizada decididamente no sentido de uma relação. Com isto, o teórico austríaco quer distanciar-se de um conceito restrito de classe. Com base em um conceito “relacional” de classe, o proletariado, de acordo com Reitter, deve ser apreendido como polo de uma relação específica. Ele se opõe a Heinrich: “considero teoricamente infundada a tese, preferida de modo indireto no livro, a respeito da autonomia do capital, o qual, em seus esforços de acumulação,

5 Inúmeras críticas à Nova Leitura de Marx podem ser encontradas na seguinte antologia organizada por Reitter: Reitter, 2015.

pode ser, no máximo, quase importunado pelos desejos, necessidades e lutas das pessoas, mas não fundamentalmente perturbado”.

Heinrich respondeu à crítica do intérprete austríaco de Marx na forma de uma réplica. Se, em uma interpretação de Marx, trata-se de explicar os nexos marxianos de fundamentação no interior da lógica de apresentação da crítica da economia política, esta interpretação deveria orientar-se por sua estrutura categorial. Mas, segundo Heinrich, classe e luta de classes só são tematizadas na apresentação marxiana na medida em que são necessárias no respectivo nível de apresentação. De acordo com Heinrich, Marx teria reservado sua seção textual sobre as classes somente no fim; na apresentação prévia, “até se falava de classes em diferentes momentos, mas nunca de modo sistemático” (Heinrich, 2004, p.36). Junto com esta advertência, Heinrich introduz uma distinção fundamental entre o conceito “estrutural” e o conceito histórico de classe: aquele determinaria as classes no que diz respeito a seu posicionamento no processo de acumulação de capital, ao passo que este faria referência à consciência de classe. Segundo Heinrich, não se pode de modo algum tirar conclusões precipitadas a partir da posição estrutural da classe para uma “consciência de classe que se constitui de modo necessário” e a partir “da consciência de classe para o caráter mais ou menos revolucionário da classe”. Em um texto mais recente, Michael Heinrich aponta que, embora nenhuma “certeza” histórico-filosófica seja cientificamente justificável com base na crítica da economia política, seria possível encontrar ali pontos de partida para uma práxis transformadora da sociedade. Neste contexto, Heinrich observa explicitamente a máxima de Marx sobre os elementos formativos de uma nova sociedade e os momentos de revolução da velha sociedade presente no primeiro volume de *O capital* (cf. *Das Kapital*, Band 1, MEW 23, p.526). Ele detalha: “pode-se vincular tais momentos (tanto de resolução de crises quanto de constituição, em resistência, de novas formas de coletividade), mas não há segurança alguma de que eles serão suficientes para uma revolução factual”. Além disto, a crítica da economia de Marx não trataria “apenas dos momentos de revolução, mas também daqueles mecanismos que conferem ao capitalismo sua enorme estabilidade e flexibilidade” (Heinrich, 2008, p.70). De fato, isto expressa uma ideia central da Nova Leitura de Marx.

Na exposição a seguir serão apresentadas as posições de alguns representantes mais jovens da Nova Leitura de Marx.

2a) A crítica da Nova Leitura de Marx ao marxismo tradicional (Ingo Elbe, Sven Ellmers)

A Nova Leitura de Marx contribuiu para um abalo das “certezas” referentes à teoria da revolução e das classes do marxismo tradicional. Em seu estudo sobre o desenvolvimento da Nova Leitura de Marx, Ingo Elbe resume a erosão teórica das “certezas” quanto à teoria da revolução no decorrer da recepção de Marx, especialmente a partir dos anos 1970. Este tipo de discurso, com seu foco decididamente

crítico, teve um início mais tardio do que o debate fundamental sobre a teoria do valor e do objeto no interior da Nova Leitura de Marx, assim como o debate sobre a derivação do Estado. Segundo Elbe, tratava-se, de um lado, de apresentar uma crítica, que fosse erigida a partir da própria teoria de Marx, às teorias e esperanças ingênuas na revolução. Por outro lado, não se pôde esquivar da constatação de ambivalências no próprio pensamento de Marx. De qualquer modo, o ímpeto da crítica era claro: ela visava aos aspectos “insustentáveis” da teoria da revolução e da história do marxismo tradicional. De acordo com Elbe, existe, portanto, uma espécie de precursor na configuração da crítica do “marxismo ocidental”, manifesta da perspectiva de uma filosofia da práxis, aos problemáticos componentes filosófico-históricos tradicionais do marxismo dogmático. Acima de tudo, há três complexos de *topoi* que Elbe vê como questionados ou destruídos pela Nova Leitura de Marx: em primeiro lugar, trata-se de uma visão crítica à lógica do “ponto de vista” e da postulação de fundamentos e critérios extracientíficos de validação da teoria marxista. Em segundo, Elbe refere-se à crítica a teorias economicistas da revolução que são relacionadas a modelos teóricos sobre a pauperização e a aspectos deterministas da teoria da filosofia da história. Em terceiro lugar, trata-se de questionar o teorema da neutralidade das forças produtivas. Como se sabe, estas são vistas, segundo a interpretação tradicional (por Elbe criticada), como força motriz do progresso social que crescem dentro do capitalismo e explodem-no.

Segundo Elbe, a Nova Leitura de Marx teve o mérito de reconstruir o conceito marxiano de classe em uma perspectiva teórica da forma e de buscar descartar as sobrecargas histórico-filosóficas. Elbe enxerga a diferença entre um conceito de classe formal-analítico e um conceito de classe baseado na análise empírica da estrutura social nos trabalhos de seu colega de pesquisa Sven Ellmers (cf. abaixo). Segundo Ingo Elbe, a relação de classe entre trabalho assalariado e capital pode ser considerada inicialmente como um momento central na reprodução das formas abstratas de riqueza da sociedade burguesa – sem que seja situado já aqui, sem mais, um elemento específico que transcenda o sistema. Além disto, no âmbito da Nova Leitura de Marx, indica Elbe, os modelos da teoria da pauperização são vistos como refutados ou “interpretados como uma abordagem que não pode ser consistentemente compatível com a crítica da economia política” (Elbe, 2008, p.598).

Não obstante, Elbe não encara de modo igualmente positivo todas as linhas de discurso que podem ser atribuídas à Nova Leitura de Marx no sentido mais amplo. Podemos indicar aqui dois pontos críticos principais. Como destinatário da crítica de Elbe, pode-se citar, por um lado, a teoria da revolução do “*open marxism*”, em especial John Holloway. Nos trabalhos de Holloway, critica Elbe, encontra-se um peso desproporcional da teoria da ação em contraposição à análise da forma – até mesmo uma “insolência da teoria da ação do *open marxism*” (Elbe 2008, p.529). A teoria marxiana da forma, que trata do modo de socialização específico à sociedade capitalista, transformar-se-ia em Holloway em uma “teoria normativa da alienação” (Elbe, 2008, p.526).

Contudo, Elbe também se opõe a certas abordagens que, em uma conexão específica com a Teoria Crítica, não rejeitam apenas a teoria da revolução do marxismo tradicional, mas também “jogam fora o bebê com a água suja do banho”, na medida em que põem em dúvida até a possibilidade, em última instância, da revolução. Deve ser asseverado de modo inequívoco: para o próprio Elbe, que critica abordagens correspondentes, o modo de produção capitalista possui um caráter histórico transitório. Elbe caracteriza a corrente por ele criticada do seguinte modo: “não são mais meramente as tradições da teoria da revolução que seguem, em conexão com Marx, os modelos dicotômicos marxistas do movimento trabalhista ou clássicos que são vistas como problemáticas a partir de determinada leitura da obra marxiana tardia, mas a própria ideia de uma revolução emancipatória do modo de produção capitalista” (Elbe, 2008, p.546). Para Ingo Elbe, entretanto, estas abordagens teóricas, que não dirigem críticas justificadas apenas às aparentes certezas da teoria da revolução do marxismo tradicional, mas, além disto, contestam a possibilidade de uma transformação social fundamental de modo geral, permanecem elas mesmas presas, de modo negativo, ao marxismo tradicional criticado – por assim dizer, como o outro lado da mesma moeda. Como exemplos desta corrente, Elbe menciona a teoria de Wolfgang Pohrt, Stefan Breuer e Helmut König, em desenvolvimento desde os anos 1970. Segundo Elbe, seu diagnóstico de uma “crise da teoria da revolução” inclui três elementos principais: em primeiro lugar, a tese de que o capitalismo se tornaria “unidimensional” no sentido de que não haveria mais um “exterior” constitutivo para a crítica do capitalismo que se contraponha ao sistema capitalista; em segundo lugar, uma “crítica da metafísica do trabalho” (similar à de Moishe Postone); em terceiro, a tese de que a crítica só seria possível a partir do ponto de vista de uma produção não capitalista, assim como a “tese do declínio”, segundo a qual a crítica só seria significativamente possível em um “estágio prévio” do capitalismo. A teoria deveria ver, segundo eles, que a ação política só é possível no solo da ordem capitalista. Elbe critica veementemente esta posição (cf. Elbe, 2008, p.578 et seq.).

Em um ensaio Elbe (2009) se pronuncia a respeito das referências à teoria da revolução na teoria marxiana. Nele Elbe defende a tese controversa de que “as posições teóricas, até mesmo do velho Marx, a respeito da revolução, frequentemente contrariando um melhor conhecimento de crítica da economia” (Elbe, 2009, p.110), foram formuladas praticamente sem apoio de conteúdos centrais decisivos de sua crítica da economia política. Neste texto, o filósofo e intérprete de Marx não aborda, contudo, somente aspectos da teoria da revolução e da emancipação na obra marxiana, mas também três correntes de interpretação características da história da recepção.

Segundo ele, o programa crítico marxiano teria sido compreendido historicamente, por um lado, como uma ciência positiva da autodestruição econômica do capitalismo no sentido de uma teoria do colapso. Por outro lado, o materialismo histórico teria sido interpretado em uma determinada corrente como uma ciência

positiva da emancipação humana no sentido de um automatismo da libertação. Não é preciso afirmar que Elbe se contrapõe aos dois modelos, embora alguns pontos de apoio a ambos possam certamente ser encontrados na obra marxiana. Isto valeria também, contudo, para uma terceira corrente, que Elbe caracteriza como uma “teoria negativa do capital” com intenção prática.

Em trechos da obra marxiana, formula Elbe de modo crítico, atribui-se a constituição da consciência revolucionária a um processo “natural”, em certa medida “automático”. O pensamento de Marx sobre a teoria da revolução poderia ser resumido, de modo aproximado, nos seguintes elementos: “essencialmente, pauperização, desencantamento, universalidade do sofrimento, caráter providencial da tarefa histórica, assim como evolução unilinear das forças produtivas como condições necessárias e suficientes para a formação da subjetividade revolucionária e revolução bem-sucedida do modo de produção capitalista” (Elbe, 2009, p.99). Logo, um quadro geral que soa a Elbe como problemático. Elbe acrescenta que determinados elementos básicos problemáticos da concepção marxiana da revolução são questionados pelos próprios conhecimentos adquiridos a partir de sua crítica da economia política.

Marx descartaria, segundo ele, a noção de uma tendência absoluta à pauperização; com base na apresentação em *O capital*, o conflito de classes seria despido de seu conteúdo especificamente transcendente ao sistema; a teoria marxiana da inversão e da mistificação permitiria esclarecer uma espécie de integração ideológica da classe trabalhadora. Com base na crítica da economia política, especialmente na luta em torno da jornada normal de trabalho descrita por Marx, a luta de classes revela-se ao trabalhador não somente como resultado, mas, a longo prazo, também “como condição (de garantia da existência) do nexos formal capitalista” (Elbe, 2009, p.104). A consciência cotidiana dos atores, entre as quais também aquela dos trabalhadores é, segundo Elbe, capturada nas formas invertidas de aparecimento das relações capitalistas. Para aqueles necessariamente capturados neste mundo invertido, as formas econômicas do nexos capitalista de socialização “não estão à disposição de qualquer ação orientada para a transformação da sociedade”. Elbe aconselha “ampliar a proibição de imagens [*Bilderverbot*] também para a questão do sujeito revolucionário”. A suposição de necessidade de um “caráter proletário” do movimento social emancipatório não pode ser sustentada de modo satisfatório. Elbe chega finalmente à conclusão: “No que diz respeito à análise dos ‘momentos de revolução da velha sociedade’, a teoria da revolução de Marx não resulta de modo algum dos pressupostos centrais de sua crítica da economia política, mas de premissas histórico-filosóficas que contradizem fundamentalmente suas ideias” (Elbe, 2009, p.110).

Sven Ellmers provém do mesmo contexto teórico e de trabalho que Elbe. Ellmers forneceu uma contribuição de pesquisa sobre a teoria das classes de Karl Marx concebida de modo inequívoco a partir da perspectiva de um tipo de leitura especificamente analítico das formas. Ellmers vê Marx confrontado com a acusação

(feita por seus críticos) de que sua teoria talvez fosse apropriada para as relações do século XIX, mas não faria jus à estrutura social complexa dos novos tempos. De acordo com Ellmers, este é um ponto de crítica que borra e aplaina a diferença programática entre a teoria das classes analítica das formas e a teoria das classes empírica e analítica da estrutura social. “A acusação de que os conceitos da crítica da economia política, supostamente não complexos, atentam contra a diversidade das estruturas sociais modernas perde seu objeto, porque aqueles conceitos não reivindicam absolutamente nenhuma referência empírica imediata” (Ellmers, 2009, p.107).

Dito de modo mais preciso, segundo Ellmers, Marx emprega o termo “classe” no contexto de dois programas de pesquisa nitidamente diferenciáveis. As investigações históricas ou empírico-sociológicas, como seus escritos sobre a França do início dos anos 1850, deveriam ser distinguidas de sua crítica sistemática da economia política. Correspondentemente, o conceito marxiano de classe possuiria um conteúdo que deve ser determinado diferentemente em cada caso e um nível de abstração nitidamente distinto. Ellmers faz importantes esclarecimentos, especialmente no que se refere à crítica sistemática da economia política de Marx. Assim, ele rejeita como não científico o determinismo histórico, evidente no item sobre a tendência histórica da acumulação capitalista; designa a luta pela duração da jornada de trabalho, descrita no oitavo capítulo do primeiro volume, como uma luta de classes muito mais imanente ao sistema do que explosiva; e refere-se à mistificação “objetiva” das relações de exploração de classe que acompanha a forma salário.

A perspectiva de Ellmers se resume no fato de que o desenvolvimento capitalista até pode gerar, por um lado, condições de possibilidade para a emancipação e dinâmicas destrutivas, mas também gera, por outro, momentos de estabilização do sistema. Depende de constelações históricas concretas saber qual destes fatores (e em que medida) poderia influenciar o processo histórico. De qualquer modo, o pressuposto de um automatismo da libertação que age no curso da história deveria ser rejeitado.

2b) A crítica ao comunismo bolchevique e ao comunismo antibolchevique (Hendrik Wallat)

O ímpeto crítico de *Staat oder Revolution [Estado ou revolução]* de Hendrik Wallat fica evidente já no título deste livro, que apareceu 95 anos depois de *Estado e revolução*, de Lênin. Nele, o autor aborda o objeto conscientemente como teórico político e filósofo, não como historiador ou sociólogo do movimento trabalhista. Wallat dirige sua crítica contra o pensamento político e a teoria da revolução de Lênin, isto é, não somente contra o estalinismo (que, como se sabe, segundo Wallat, emergiu terminologicamente sob a designação de “leninismo”). Isto está relacionado a uma demarcação clara feita por Wallat: “A crítica a Stálin provavelmente mais conhecida, aquela feita por seu oponente Trotsky, não desempenha

nenhum papel no presente trabalho, assim como todas as outras nuances da crítica interna ao bolchevismo”. Wallat ocupa-se, ao contrário, dos “representantes de uma crítica radical ao bolchevismo à esquerda”, em sua maioria “de representantes do comunismo de conselhos e do anarquismo” (Wallat, 2012, p.12). Deste modo, Wallat restringiu sua atenção àquelas posições que até eram comprometidas, como os próprios bolcheviques, com o objetivo de superação da sociedade capitalista e com um rompimento radical com a teoria e a prática da 2ª Internacional, mas que, diante deste pano de fundo, recusaram igualmente o modelo bolchevique de revolução. Além disto, deve-se enfatizar que Wallat aparentemente enxerga o estalinismo posterior já instalado no leninismo, ainda que não no sentido determinista de uma necessidade inexorável. Segundo ele, até haveria, na forma e no propósito, uma diferença entre o terror leninista e o estalinista. Mas este deveria ser concebido como uma possibilidade de desenvolvimento daquele, que “não decorreu do regime erigido por Lênin de modo fortuito, mas também não necessário” (Wallat, 2012, p.58).

No nível da teoria política, Wallat considera o regime de opressão dos bolcheviques como decorrente, sobretudo, da compreensão leninista de Estado e democracia, de sua concepção de ditadura do proletariado e do modelo autoritário de partido concebido por Lênin. Além disto, a compreensão bolchevique da revolução estaria baseada em um constructo histórico-filosófico que serviria como uma garantia vinculativa. Wallat não conteve a veemência de sua crítica: “Em conexão com o modelo bolchevique de partido, a teoria do Estado e da democracia de Lênin, conseqüentemente, tomou um caminho autoritário, violento e burocrático que foi constitutivo para o socialismo do bloco do Leste [...] até o seu final” (Wallat, 2012, p.34 et seq.).

Wallat formula sua crítica a Lênin de modo ainda mais específico diante do pano de fundo de seu conceito de Estado, oriundo da Nova Leitura de Marx. Em Lênin, a forma específica do Estado moderno capitalista não seria conceitualizada. “Não aprendemos quase nada com Lênin sobre o fato de que o Estado capitalista não é um instrumento imediato da classe capitalista dominante dos capitalistas e não se reduz à função da repressão, mas apresenta uma violência *extraeconômica* que provém da duplicação fundamental (específica à formação) da sociedade em sociedade e Estado, cuja característica apresenta a *separação* entre dominação política e econômica” (Wallat, 2012, p.25). O filósofo de Hannover resume que as visões simplificantes de Lênin sobre a dominação capitalista poderiam ser explicadas pelo seu *background* no contexto da Rússia pré-revolucionária, assim como pelo “caráter de agitação de seus escritos”. No contexto de sua sociologia da dominação empirista e “não específica à forma”, Lênin deixa a desejar em noções decisivas que poderiam ser desenvolvidas em conexão com a teoria marxiana. A compreensão de Estado, que constitui o pano de fundo da crítica aguda de Wallat a Lênin, é determinada, de modo nitidamente mais robusto, por uma abordagem especificamente analítica da forma do que por uma “instrumentalista”. Por fim,

Wallat chega à conclusão de que a teoria política de Lênin, em suma, seria caracterizada por uma combinação de voluntarismo (referente ao ato revolucionário), com determinismo (no sentido de uma realização revolucionária de regularidades históricas) e com um princípio hierárquico e autoritário de organização.

Da crítica de Wallat a Lênin, passamos agora a seu confronto com os “esquerdistas”, isto é, com a crítica comunista e/ou anarquista ao bolchevismo. Wallat visa a arrancar do esquecimento estas linhas do pensamento político crítico, mas tenta fazê-lo diante do pano de fundo de uma importante ideia: ele está lidando com protagonistas de uma época que morreu. A rememoração destas alternativas suprimidas “não é uma chave para o futuro”. Wallat faz a seguinte distinção: por um lado, a possibilidade de uma revolução emancipatória não está de modo algum excluída *a priori*. Por outro, (segundo Wallat) o trabalho/trabalhador e o capital mostraram-se, menos como antagonistas irreconciliáveis no sentido da luta de classes revolucionária, do que dois “correlatos mutuamente condicionantes de uma relação abrangente: a relação de capital”. O sujeito ao qual tanto o bolchevismo quanto o antibolchevismo de esquerda se referem, a saber, o movimento histórico dos trabalhadores, teria entrementes desaparecido.

No entanto, se não uma crítica, é necessário realizar uma complementação tendo em vista as considerações de Wallat. Deve-se evitar posicionar uma compreensão histórica das classes e da luta de classes de modo muito próximo de um conceito de classe analítico da forma; cada um de ambos os aspectos possuem sua justificativa, mas eles não são mutuamente relacionáveis de modo imediato. Se trabalhador e capital são componentes integrantes, ainda que polares, da relação de capital, isto não diz muita coisa a respeito da existência ou não de uma consciência revolucionária de classe. A Nova Leitura de Marx está correta na ideia de que não se pode fundar na crítica da economia política nenhuma teoria positiva da revolução e nenhum privilégio teórico emancipatório da classe trabalhadora como “sujeito revolucionário”; pode-se adicionar, contudo, que o oposto tampouco decorre necessariamente da crítica marxiana da economia. O mesmo relaciona-se com a decifração marxiana da mistificação atrelada à forma salário. A partir da relação salarial, emerge a existência de uma forma de aparecimento que inverte a “relação efetiva” e sob a qual se baseiam “todas as concepções de direito do trabalhador e do capitalista” (*Das Kapital*, Band 1, MEW 23, p.562). Isto dificulta, do lado do trabalhador, a visão da “relação efetiva” que, por sua vez, também pode incidir no nível dos conflitos de classes. Contudo, isto não implica necessariamente que a classe trabalhadora nunca poderá constituir um sujeito revolucionário.

A Nova Leitura de Marx tem a capacidade de mostrar que determinadas “certezas” histórico-deterministas, exclusivistas dos trabalhadores, referentes à teoria da pauperização ou do colapso do marxismo tradicional não podem encontrar amparo nos elementos teóricos realmente decisivos da crítica da economia política. A Nova Leitura de Marx pode demonstrar que o proletariado não dispõe

de nenhuma predisposição privilegiada no que diz respeito ao conhecimento imediatamente correto das relações sociais em seu nexos interno e que, portanto, os trabalhadores também são necessariamente capturados – por ora – no mundo das mistificações, fetichismos e aparições superficiais invertidas. Mas esta noção ilumina apenas o pano de fundo geral das lutas sociais e das formas de consciência históricas reais. Não se questiona, assim, a possibilidade geral de existência histórica de processos de conhecimento crítico-teóricos que possam se desprender arduamente da consciência cotidiana “capturada pelas inversões e mistificações” e orientar as práticas de ação que transcendam o sistema e que poderiam conduzir em uma direção emancipatória. Os processos revolucionários e emancipatórios são consideravelmente dificultados pelas circunstâncias mencionadas, mas continuam a ser, em princípio, possíveis.

De volta a Wallat. Sua crítica também não se detém diante dos críticos de Lênin. Ele elabora, por exemplo, uma crítica, do ponto de vista da Nova Leitura de Marx, a Rosa Luxemburgo, cujo pensamento teria permanecido preso, em última instância, a uma forma de ontologia do trabalho. Nele, o trabalho proletário – que, para Wallat não constitui de modo algum um ponto de referência positivo para a emancipação comunista, mas algo a ser abolido – não é criticado por Luxemburgo como “momento constitutivo de valorização do capital”, mas, “como o outro antagônico da exploração, é fetichizado como ponto normativo de referência da crítica” (Wallat, 2012, p.73 et seq.). Supõe-se, correspondentemente, uma posição do marxismo tradicional saturada pelo exclusivismo do trabalho e presa ao mito do proletariado como “sujeito revolucionário”. Para Wallat, Luxemburgo se mostra, em seu pensamento, prisioneira de sua época.

Entre as linhas, transparece, evidentemente, a concepção de emancipação do próprio Wallat. Para ele, a emancipação do proletariado só pode ser compreendida no sentido de sua própria suprassunção, que deve ocorrer junto com a suprassunção do nexos especificamente capitalista da forma e da socialização. Na emancipação comunista, meios e fins devem ser mediados entre si. Isto pode ser apontado como uma alternativa à concepção questionável de que os fins justificam quaisquer meios. A despeito de uma “herança jacobina problemática”, Wallat não interpreta os escritos políticos de Marx, de modo algum, no sentido de uma concepção de revolução presa ao “terror revolucionário”, embora leve a sério a crítica anarquista “previdente e justificada” a Marx.

Além de Lukács, Korsch e outros pensadores, Wallat debate, em seu estudo, principalmente com o comunismo de conselho alemão e holandês. Tanto Herman Gorter quanto Anton Pannekoek tiveram, primeiramente, uma atitude positiva em relação a Lênin e ao bolchevismo, mas logo assumiram posições críticas. Em *Offenem Brief an den Genossen Lenin* [Carta aberta ao camarada Lênin], de Gorter, Wallat enxerga uma defesa da luta antiparlamentar e antissindical da esquerda radical, que se contrapõe, nesta questão, ao veredito de Lênin sobre o

radicalismo de esquerda (Lenin, 1989). Pannekoek teria caminhado para uma crítica veemente ao bolchevismo. Escreve Wallat: “diferentemente dos anarquistas, [...] os comunistas de conselho partilhavam com o bolchevismo a convicção da necessidade da ditadura do proletariado. Mas eles reconheceram já desde cedo que os bolcheviques a concebiam não como ditadura democrático-conselhistas da classe, mas como ditadura estatal do partido” (Wallat, 2012, p.154). Segundo Wallat, a revolução de outubro teria sido interpretada por Pannekoek como uma revolução burguesa e, a União Soviética como “capitalista de Estado” – sendo esta última, na visão de Wallat, uma designação pouco proveitosa do ponto de vista da teoria. Mas a crítica de Wallat não se limita a isto. Ele também se ocupa da limitação inerente ao comunismo de conselhos histórico. “A despeito de toda a crítica veemente dirigida ao velho movimento trabalhista, a seus partidos e sindicatos”, a tradição comunista conselhistas “nunca questiona o mito do proletariado revolucionário; de fato, por vezes eleva-o a extremos na forma de um exclusivismo substancialista dos trabalhadores” (Wallat, 2012, p.167).

Em sua obra, Wallat também discute com os críticos anarquistas do bolchevismo, como o anarcossindicalista Rudolf Rocker. O fundamento desta crítica ao bolchevismo seria um comunismo libertário. Wallat enxerga uma diferença decisiva em relação aos comunistas conselhistas no fato de que, para Rocker, haveria uma rejeição do Estado em qualquer forma, inclusive a de uma “ditadura do proletariado”. Em Rocker, tratar-se-ia de erigir um comunismo libertário por meio da força autônoma de auto-organização da sociedade. Em retrospecto histórico, Wallat vê as teses de Rocker com bons olhos: “Seu comunismo livre passa bem sem necessidade histórica e sujeitos coletivos míticos e renuncia a fundamentações pseudocientíficas sem cair em voluntarismo” (Wallat, 2012, p.191). No entanto, Wallat julga também poder encontrar elementos problemáticos no pensamento de Rocker, que devem ser avaliados de modo crítico. Neste contexto, Wallat faz referência a uma “antropologia positiva” (subjacente ao pensamento de Rocker).

3) Resumo

A Nova Leitura de Marx, enquanto modo específico de leitura da crítica da economia política, é caracterizada pela referência à teoria marxiana da forma do trabalho, à sua teoria da inversão, fetichismo e mistificação em todos os níveis de apresentação de seu desenvolvimento categorial, à dimensão crítica específica a seu programa teórico, ao nexos das implicações objetivas e relativas à crítica do conhecimento de seu projeto – em suma: a Nova Leitura de Marx visa a contribuir com uma teoria crítica “negativa” da sociedade capitalista.

Mas a Nova Leitura de Marx também realiza outra coisa neste ínterim: uma crítica da crítica limitada do capitalismo e dos discursos problemáticos de emancipação. Ela pode mostrar que aspectos como os pressupostos histórico-deterministas de um automatismo da libertação, assim como um exclusivismo dos trabalhadores

no que se refere à teoria do conhecimento e da emancipação não estão contemplados pelo conteúdo científico imanente à economia política. Concepções como a de uma posição privilegiada do conhecimento da classe trabalhadora dada de antemão e a de um exclusivismo dos trabalhadores na teoria da revolução não resultam de modo algum das noções marxianas sobre o nexo interno das formas e relações sociais, de sua crítica da mistificação, fetiche e conhecimento, das leis econômicas do movimento da produção capitalista elaboradas por Marx.

Se a classe trabalhadora age factualmente como força revolucionária ou não, está longe de ser decidido com base nesta ideia. Na Nova Leitura de Marx, trata-se de mostrar que determinadas concepções sobre a teoria da emancipação do marxismo tradicional não podem simplesmente ser “derivadas” imediatamente do conteúdo científico central da crítica da economia política. Isto não implica que nenhuma revolução da classe trabalhadora possa ocorrer de modo geral ou sob determinadas condições históricas. A Nova Leitura de Marx é implicitamente afeita a uma compreensão do desenvolvimento histórico não determinista, não teleológica e aberta a distintas direções. Contra este pano de fundo, não se exclui de modo algum um “sucesso” emancipatório das lutas sociais.

Deve-se acrescentar que não decorre, de modo algum, da Nova Leitura de Marx, assim como de sua ênfase nas inversões, formas fetichistas e formas de aparecimento mistificantes características da economia capitalista, que os agentes da produção devem ser capturados para sempre e eternamente – de modo francamente fatalista – em um nexo de ofuscação em princípio impenetrável que elimina todas as possibilidades de ação emancipatória. Acima de tudo, a Nova Leitura de Marx insiste apenas que o nexo interno (em oposição ao aparente) das relações sociais não é imediatamente transparente e que formas invertidas de aparecimento estão atreladas a estas próprias relações. Desvelar este nexo interno e decifrar as mistificações objetivas e as formas invertidas ou fetichizadas de aparecimento das relações sociais é, segundo Marx, algo que deve ser atingido especificamente pela ciência. Isto também se aplica à mistificação salarial e seu encobrimento da relação de exploração que Marx desvenda. Os agentes da produção, que se movem com sua consciência cotidiana no “mundo invertido” das mistificações e fetichismos podem, entretanto, apropriar-se dos respectivos conhecimentos científicos e, ao transcender a consciência cotidiana, abrir o caminho para um processo de autoconsciência que pode influenciar igualmente a ação política.

É verdade que a Nova Leitura de Marx (a despeito de suas implicações políticas) pode ser designada inicialmente como uma corrente antes teórica do que imediatamente política. No entanto, sua influência fora das instituições universitárias é perceptível. No âmbito da Nova Leitura de Marx, abre-se a sensibilidade para compreender que os processos de conhecimento teórico orientados à sociedade capitalista devem, em última instância, levar a processos coletivos de aprendizado por parte dos produtores imediatos e que estes processos coletivos

de aprendizado não podem ser substituídos por um saber exclusivo e privilegiado da elite dos poucos.⁶

A Nova Leitura de Marx recebeu a acusação injusta de que seus representantes se distanciam das intenções político-emancipatórias de Marx. Seus representantes partilham em larga medida destas intenções.⁷ Mas isto não muda o fato de que a Nova Leitura de Marx sujeita à crítica determinados elementos no pensamento de Marx referentes à teoria da emancipação e da história, mesmo em sua crítica madura da economia política – faz-se referência aqui, por exemplo, ao resíduo histórico-determinista de Marx. A crítica dirige-se, entretanto, de modo mais contundente a determinadas conformações do pensamento de Marx relativo à filosofia da emancipação e da história, passíveis de serem encontradas nos marxismos da 2ª e 3ª Internacionais.

Contudo, um embate intensivo com a crítica da economia política pode fornecer, no máximo, elementos isolados para uma teoria positiva da emancipação. Aqui, a Nova Leitura de Marx esbarra em um limite em seu programa de recepção e pesquisa, do qual ela deve estar ciente. Uma teoria positiva da emancipação de fato digna do nome é, até agora, um desiderato. Ela teria de se alimentar de muito mais do que apenas de uma interpretação de Marx a mais avançada possível – acima de tudo, ela deveria alimentar-se também das experiências históricas insubstituíveis advindas da práxis histórica dos movimentos emancipatórios. Neste contexto, teoria emancipatória e práxis estão relacionadas, ainda que o dogma da visão de mundo marxista sobre a “unidade” entre ambas deva continuar a ser rejeitado.

Além de uma teoria positiva da emancipação, entretanto, justifica-se também a crítica às noções limitadas e deficitárias de revolução e libertação, por vezes carregadas de consequências antiemancipatórias. Em face da derrota histórica dos projetos de emancipação até hoje, esta crítica é imprescindível. Neste sentido crítico, a Nova Leitura de Marx mostrou-se produtiva em termos da teoria da emancipação.

Referências bibliográficas

BACKHAUS, H.-G. *Dialektik der Wertform*. Untersuchungen zur marxischen Ökonomiekritik. Freiburg: Ca Ira, 1997.

- 6 Aplica-se à Alemanha o seguinte: a leitura de Marx levada a cabo nos círculos de leitura auto-organizados – acima de tudo a leitura dos três volumes de *O capital* –, encontrados nas organizações de formação de sindicatos e fundações e nos círculos de discussão de movimentos sociais, é coorganizada, coprojeteada ou amplamente apoiada, desde os anos 2000, em larga medida por representantes da Nova Leitura de Marx. Um exemplo: Valeria Bruschi et al., 2012.
- 7 Hendrik Wallat contesta a “posição de uma recusa abstrata da prática”: toda “variedade de negação abstrata da *Realpolitik* revolucionária ou é simplesmente desumana, entregue ao mito da teoria da revolução de que esta só poderia florescer no solo da pauperização, ou deposita suas esperanças em um milagre (messiânico)” (Wallat, 2015, p.319).

- BRENTEL, H. *Soziale Form und ökonomisches Objekt*. Studien zum Gegenstands- und Methodenverständnis der Kritik der politischen Ökonomie. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1989.
- BRUSCHI, V.; MUZZUPAPPA, A.; NUSS, S.; STÜTZLE, I. *Polylux Marx*. Bildungsmaterial zur Kapital-Lektüre (Erster Band). Berlin: Dietz, 2012.
- CASTORIADIS, C. *Vom Sozialismus zur autonomen Gesellschaft: Vom Inhalt des Sozialismus*. Lich: AV, 2007.
- CHATTOPADHYAY, P. *Marx's Associated Mode of Production*. London: Palgrave, 2016.
- ELBE, I. *Marx im Westen*. Die neue Marx-Lektüre in der Bundesrepublik seit 1965. Berlin: Akademie, 2008.
- _____. Umwälzungsmomente der alten Gesellschaft. Revolutionstheorie und ihre Kritik bei Marx. In: KETTNER, Fabian; MENTZ, Paul (Hg.). *Theorie als Kritik*, Freiburg, 2009, p.93-123.
- ELLMERS, S. *Die formanalytische Klassentheorie von Karl Marx*. Ein Beitrag zur „neuen Marx-Lektüre“. Duisburg: Universitätsverlag Rhein-Ruhr, 2009.
- ENGSTER, F. Die Neue Marx-Lektüre, ihr kritischer Gehalt und die nächste Generation. In: ENGSTER, Frank; HOFF, Jan (Hg.). *Die Neue Marx-Lektüre im internationalen Kontext* (Reihe Philosophische Gespräche 28). Berlin: Helle Panke, 2012, p.29-51.
- FÜLBERTH, G. Was kommt nach der Neuen “Kapital”-Lektüre?. *Z. Zeitschrift marxistische Erneuerung*, 89, 2012, p.136-142.
- HAUG, W. F. Zur Kritik der monetaristischen Kapital-Lektüre, Teil II. *Das Argument*, 258, 2004, p.865-876.
- HEINRICH, M. *Die Wissenschaft vom Wert*. Die Marxsche Kritik der politischen Ökonomie zwischen wissenschaftlicher Revolution und klassischer Tradition. Münster: Westfälisches Dampfboot, 1999.
- HEINRICH, M. *Kritik der politischen Ökonomie. Eine Einführung*. Stuttgart: Schmetterling, 2004.
- _____. Welche Klassen und welche Kämpfe? Eine Antwort auf Karl Reitters “Kapitalismus ohne Klassenkampf?”. *Grundrisse. Zeitschrift für linke Theorie und Debatte*, 11, 2004, p.35-42.
- _____. Weltanschauung oder Strategie? Über Dialektik, Materialismus und Kritik in der Kritik der politischen Ökonomie. In: DEMIROVIC, Alex (Hg.). *Kritik und Materialität*. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2008, p.60-72.
- HOFF, J. *Befreiung heute*. Emanzipationstheoretisches Denken und historische Hintergründe. Hamburg: VSA, 2016.
- KRÄTKE, M. Geschichte und Theorie des Kapitalismus. *Sozialistische Hefte*, 11, 2006, p.31-42.
- LENIN, W. I. *Der “linke Radikalismus”, die Kinderkrankheit im Kommunismus*. Berlin/Ost: Dietz, 1989.
- MARX, K. *Das Kapital*. Kritik der politischen Ökonomie. Bd. 1: Der Produktionsprozess des Kapitals (Marx-Engels-Werke, Bd. 23). Berlin/Ost: Dietz, 1962.
- _____. *Das Kapital*. Kritik der politischen Ökonomie. Bd. 3: Der Gesamtprozess der kapitalistischen Produktion (Marx-Engels-Werke, Bd. 25). Berlin/Ost: Dietz, 1983.

- MARX, K. *Kritik des Gothaer Programms* (Marx-Engels-Werke, Bd. 19). Berlin/Ost: Dietz, 1962, p.13-32.
- REITTER, K. Kapitalismus ohne Klassenkampf? Zu Michael Heinrich: „Kritik der politischen Ökonomie“. *Grundrisse. Zeitschrift für linke Theorie und Debatte*, 11, 2004, p.26-34.
- REITTER, K. (Hg.) *Karl Marx: Philosoph der Befreiung oder Theoretiker des Kapitals?* Wien, 2015.
- WALLAT, H. *Staat oder Revolution. Aspekte und Probleme linker Bolschewismuskritik.* Münster: Edition Assemblage, 2012.
- _____. *Fundamente der Subversion. Über die Grundlagen materialistischer Herrschaftskritik.* Münster: Unrast, 2015.

Resumo

A Nova Leitura de Marx [*Neue Marx-Lektüre*] é uma tendência – heterogênea – dentro da recepção na Alemanha Ocidental da crítica de Marx à economia política, que se desenvolveu a partir dos anos 1960 e 1970 como uma alternativa ao marxismo-leninismo. O foco principal da Nova Leitura de Marx foi (e ainda é) a reconstrução da crítica de Marx à economia política como uma teoria crítica centrada em uma teoria específica das formas sociais, da teoria da forma-valor, da teoria do fetichismo e da mistificação. No entanto, uma tendência menor dentro da Nova Leitura de Marx foi além desses tópicos, ao questionar as possíveis consequências desta nova leitura para uma teoria marxista da revolução e da emancipação. O presente artigo levará em conta essa tendência menor dentro da Nova Leitura, focando várias abordagens teóricas formuladas principalmente por uma geração mais jovem de pesquisadores alemães de Marx. O objetivo do artigo é fornecer ao público não falante de alemão um panorama destes desenvolvimentos teóricos ocorridos nos anos 2000 e 2010, a fim de fornecer material para um diálogo internacional sobre Marx e o marxismo capaz de transpor barreiras nacionais/continentais e linguísticas.

Palavras-chave: Marx, emancipação e revolução, fetichismo e mistificação, Nova Leitura de Marx, crítica ao marxismo tradicional

Abstract

The *Neue Marx-Lektüre* (“new reading of Marx”) is a – heterogeneous – tendency within the West German reception of Marx’s critique of political economy, which developed from the 1960s and 1970s on as an alternative to Marxism-Leninism. The main focus of the *Neue Marx-Lektüre* was (and still is) the reconstruction of Marx’s critique of political economy as a critical theory centered around a specific theory of social forms, value-form theory, theory of fetishism and mystification. However, a minor tendency within the *Neue Marx-Lektüre* went beyond these topics by asking for the consequences this new reading could have for a Marxist theory of revolution and emancipation. The present article will take this

minor tendency within the new reading into account by concentrating on various theoretical approaches formulated mainly by a younger generation of German Marx-researchers. The aim of the article is to provide the non-German speaking audience with an overview about these theoretical developments that took place in the 2000s and 2010s, in order to provide material for an international dialogue on Marx and Marxism that would cross national/continental and linguistic barriers.

Keywords: Marx, emancipation and revolution, fetishism and mystification, Neue Marx-Lektüre, critique of traditional Marxism